

XVIII

CIC

XI ENPOS  
I MOSTRA CIENTÍFICA



Evoluir sem extinguir:  
por uma ciência do devir

## DE ÓRFÃ À MÃE SOCIAL: Caminhos da infância para compreender-se como educadora ...

**CUNHA**, Suzete Vargas da – FAE – GPCIEI – Especialização Educação Infantil  
e-mail: [zetevargas@gmail.com](mailto:zetevargas@gmail.com) **FIGUEIREDO**, Márcio Xavier B. – FAE – GPCIEI –  
Orientado

### INTRODUÇÃO

*Através da criança – de como a sociedade a concebe, a molda e regula seus destinos – apreendem-se certos traços que marcam a história de uma nação.*

*Uma história de gerações e responsabilidades.*

*Tais responsabilidades estarão refletindo uma certa criança, cuja infância é classificada de acordo com sua origem familiar, portanto, sua “herança” social.*

*Os bem-nascidos terão a infância garantida; os demais estarão sujeitos ao aparato jurídico-assistencial destinado a educá-los ou corrigi-los.*

*Alguns serão crianças e os demais menores. (Rizzini, 1995, p. 102).*

Falar em infância é falar em um período especial da vida cheio de seus encantamentos, beleza e romantismo. Criança é sempre criança, em qualquer tempo e em qualquer lugar.

Trabalhando com criança há algum tempo descobri que a menina que fui me diz muito do que sou hoje e reconheço a interferência da minha infância em minha prática profissional. Através desse entendimento preocupo-me com o futuro das crianças que estão sob os meus cuidados, e como estarão vivendo suas infâncias.

A infância já significou estorvo, pecado, erro, já sofreu torturas, humilhações, enfaixamentos, foram entregue a própria sorte.

Foram para a Roda dos Expostos que surgiu da necessidade de dar um lugar para as crianças abandonadas, os filhos de ninguém e seu principal objetivo era preservar o anonimato de quem nela depositava a criança. Foi uma das primeiras instituições voltadas ao atendimento à criança abandonada, mas entrou em abolição pelo alto índice de mortalidade, pois segundo RIZZINI, cerca de 80% das crianças morriam antes de complementarem um ano de idade.

Então a família começou a ser chamada a cumprir seu papel de educadora, mantenedora, geradora de valores, protetora da infância. DONZELOT, 1986 diz que na medida em que a família passou a se

responsabilizar por suas crianças ela também passou a ser vigiada, controlada, enfim policiada.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227 diz:

É dever da família, da sociedade e do estado, assegurar à criança, com absoluta prioridade, direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Esse artigo da constituição gera novas políticas de atendimento à infância resultando então no projeto Estatuto da Criança e Adolescente – ECA – em 1990, e na criação dos Conselhos Tutelares. Conseqüentemente após toda legislação surge as Casas de Abrigo com nova concepção, não mais de caridade, mas de caráter protetivo para assegurar os direitos das crianças e adolescentes escrito na Constituição Federal.

O “abrigo” é medida a ser tomada em último caso, pois segundo SMPSON (1990), dentro do abrigo a criança fica mais propensa “a infecção orgânica e seu potencial emocional é bastante instável, pois a cada monitor ou educador que cuida dela faz com que esta assuma um tipo de comportamento referente aquele monitor”.

Quanto ao potencial emocional Edson Passeti (2000) afirma que a internação traz o sentimento de revolta no residente porque ali, anuncia-se para ele, a sua exclusão social embora o confinamento desperte compaixão naqueles que observam seus efeitos.

A separação da família nunca é boa para a criança. A família, mesmo com problemas, é fundamental para o crescimento, o desenvolvimento sadio e a formação da identidade da criança. Infelizmente, nos casos extremos, a única solução é separar criança e família, o que será sempre difícil para a criança: ela terá que superar o trauma que viveu e criar novos vínculos afetivos, adaptando-se a pessoas, lugares e situações diferentes.

São crianças e adolescentes que convivem no mesmo espaço com a violência e a inocência infantil. É necessário garantir a eles o direito de se enxergarem como realmente são e não permitir que sejam rotuladas como “crianças que ninguém quer”.

A infância é um período temporário do ponto de vista da criança, mas para a sociedade ela é constante. Uns crescem e vem outros. Dentro de um abrigo isso é rotina, entrada e saída de crianças e jovens fazendo com que reflitamos sobre doação, cumplicidade e disponibilidade profissional.

Penso que minha prática está muito relacionada com as minhas coisas de criança, de coisas que ouvi coisas que vi, coisas que senti e coisas que vivi na minha infância e juventude.

Minha mãe faleceu, eu ainda muito pequena fui acompanhada pelas avós materna e paterna. Uma delas me ensinou a ser prática, a ir à luta – a guerrear. A outra me ensinou o valor das emoções o valor de se deixar levar pelo coração – a amar. Sinto em mim um misto dessas duas grandes mulheres que me ajudaram a compor minha personalidade. Às vezes choro sem solução (vó Pequena), mas o dia seguinte sempre vem e começa tudo de novo (vó Joaquina).

Refletindo sobre essas vivências percebo que esse misto que sou hoje devo ao meu passado, principalmente à minha infância e assim me dou

conta de que sendo eu uma educadora de tantas infâncias, preciso me cercar de capacitações profissionais, entendendo a importância do que sou e represento para essas crianças assim como aqueles adultos da minha infância representaram para mim e deixaram marcas dentro de meu ser.

## MATERIAS E MÉTODOS

A partir desta reflexão procurei objetivar a minha prática atual dentro da Casa da Criança e do Adolescente do Capão do Leão mudando um pouco o meu olhar sobre os abrigados. O objetivo desta pesquisa é estabelecer multiplicidade “diálogos” de minha infância com as infâncias das crianças da casa e compreender o meu papel de educadora social neste espaço.

Para desenvolver esta pesquisa me utilizo do Projeto “Ampliando Horizontes” o qual sou coordenadora e tem com objetivo estimular a auto-estima das crianças, levá-los a se enxergarem como realmente são conhecerem outras realidades e para que se sintam seguros para se expressarem em qualquer lugar. Assim diminuindo o trauma do confinamento e a vergonha de morar em um abrigo.

O projeto trabalha com crianças de ambos os sexos com idade entre dez e dezessete anos. Nas suas ações estão incluídos passeios culturais, de lazer, atividades artísticas desenvolvidas fora do abrigo têm programação mensal pensada e objetivada por todos e preparada em conjunto. As crianças e jovens participantes do projeto o fazem espontaneamente.

As crianças participam de todo o processo de elaboração de cada uma das atividades que se constitui de;

Preparação – Envolve discussões de tudo que é necessário para desenvolver “a atividade escolhida”;

Execução – realização da proposta pensada;

Registros das Crianças e da Educadora – Utilizamos várias formas tais como: cada criança faz desenhos, escritas, conta/fala do que representou esses momentos para si.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos registros, observações, falas, desenhos, escrita das crianças pode-se perceber três pontos que se destacam que são:

A **família** aparece nos relatos das crianças como o lugar que eles não gostariam de ter saído embora à existência de várias dificuldades, tais como questões econômicas, de violência e negligência. Isto se expressa muitas vezes, por exemplo, o padrasto bate na criança é a mãe fica calada – isto implica em negligência. Outro momento que fica explícito nessa multiplicidade de “diálogos” que se expressam no **sentimento de perda** das coisas boas da infância vivida fora da casa. As crianças sabem que o tempo passa e essas coisas não voltam mais. Outro momento que aparece com força é a necessidade que essas crianças possuem que alguém seja **mãe** deles, pelo sentimento das coisas que mãe faz – ajudar nas atividades, colocar limites, preparar a roupa para a escola, ir às reuniões da escola, colocar na cama, contar historinhas para dormir. Assim, aqui entra a função da **mãe social** que

procura suprir as necessidades da perda do vínculo familiar criando dentro do abrigo um arranjo familiar diferenciado.

## CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Com os conhecimentos, registros até agora auferidos nesta pesquisa posso dizer o quanto, esses momentos, estão sendo importantes para mim e para as crianças da casa. São ricos momentos de troca, de memórias e revelações. Conheci-os melhor e permiti que me conhecessem também. Houve crescimento e amadurecimento profissional. Apaixonei-me pelo meu trabalho e espero que essa pesquisa contribua para que outros também se apaixonem e se permitam desfrutar das alegrias de ser uma mãe social.

Todo este processo se concretiza nas três “cenas” que são: A família, o sentimento de perda, e a mãe que é buscada no seu cotidiano na casa. Talvez como uma possibilidade de “substituir” a mãe biológica que não faz mais parte da vida.

“Pensar e agir. Sobre o agir de nosso pensar. E assim caminhar.” Galileu Galilei.

## REFERENCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny (Org). **O mito da infância feliz**. São Paulo: Summy, 1983.
- AMARAL, Débora Medeiros do. **Era uma vez uma casa de abrigo. Os significados e as marcas da instituição na vida das crianças**. (Dissertação de Mestrado), FaE, UFPel, 2006.
- FERNANDES, Alícia. **O saber em jogo: A pedagogia propiciando autorias de pensamento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- PRIORY, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 2000.
- RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever – uma história da legislação para a infância no Brasil (1830-1990). In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças – A história das políticas sociais, da legislação e da assistência á infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora universitária santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995 (p. 99-165).